



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 705, DE 2015**

Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tratar da disponibilidade de infraestrutura desportiva nos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

**Autora:** Deputada REJANE DIAS

**Relator:** Deputado ORLANDO SILVA

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 705, de 2015, da Deputada Rejane Dias, tem por objetivo inserir na Lei n.º 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre as incumbências de estados e municípios, a responsabilidade pela manutenção das instalações físicas dos estabelecimentos de seus sistemas de ensino, em especial das quadras de esporte cobertas e em condições mínimas de segurança e funcionamento na escola ou em outros espaços de uso coletivo e acessível aos alunos, bem como dos insumos indispensáveis e em perfeitas condições de uso para a prática do desporto educacional.

Esta proposição está distribuída à Comissão de Educação; para apreciação conclusiva de mérito, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD; à Comissão de Finanças e Tributação, para parecer terminativo quanto à adequação financeira e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame de constitucionalidade ou juridicidade, nos termos do art. 54 do RICD. Tramita em regime ordinário.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Este projeto de lei tem por objetivo destacar na Lei n.º 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre as incumbências de estados e municípios, a responsabilidade pela manutenção das instalações físicas dos estabelecimentos de seus sistemas de ensino, em especial das quadras de esporte cobertas e em condições mínimas de segurança e funcionamento na escola, ou em outros espaços de uso coletivo e acessível aos alunos, bem como dos insumos indispensáveis e em perfeitas condições de uso para a prática do desporto educacional.

Deficiências na infraestrutura escolar da escola pública brasileira é, recorrentemente, matéria jornalística. Há aproximadamente uma semana telejornal em Belém noticiou o fato de um ventilador de teto ter caído e machucado o braço de uma aluna. Basta digitar “manutenção infraestrutura escolar” em sítios de pesquisa na internet para verificar como são numerosos os casos de negligência com o patrimônio escolar em todo o país.

Estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) intitulado **Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar**, com base no Censo Escolar de 2011, classificou as escolas brasileiras em quatro grandes níveis de infraestrutura: **elementar, básica, adequada e avançada**. No nível **infraestrutura elementar**, que engloba itens considerados mínimos para o funcionamento de um prédio escolar, sem qualquer característica específica relacionada ao processo ensino-aprendizado, como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha, encontram-se mais de **44%** das escolas da educação básica brasileira. No nível **infraestrutura básica**, onde as escolas possuem, além dos itens do nível elementar, infraestrutura típica de unidades escolares como sala de diretoria, equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora, estão **40%** das escolas. No terceiro nível, chamado **infraestrutura adequada**, encontram-se apenas **14,9%** das escolas. Nessa classificação, além dos itens presentes nos níveis anteriores, estão os que permitem um ambiente mais propício para o ensino e a aprendizagem. Essas escolas contam com espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil, além de espaços para o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Também possuem equipamentos complementares como acesso à internet. Por último, os pesquisadores consideraram o nível **infraestrutura avançada**, em que as escolas estão mais próximas do ideal, com a presença de laboratórios de ciências e dependências para atender estudantes com necessidades especiais, além de toda a infraestrutura dos níveis anteriores. **Menos de 1%** das escolas brasileiras da educação básica alcançam esse patamar.

Há muitos outros estudos e levantamentos que poderiam ser descritos aqui para demonstrar a negligência com a infraestrutura escolar. Entendo que sem dúvida esse estado precário contribui para prejudicar o processo de ensino-aprendizagem, a autoestima de professores e alunos, o incentivo para ir à escola. Faz-se urgente superar essas deficiências.

A proposição em exame destaca também a responsabilidade pela manutenção de quadras de esporte e oferta de insumos indispensáveis para a prática do desporto educacional. Essa preocupação não poderia ser mais oportuna. Sem equipamentos e insumos esportivos prejudicamos o sucesso dos programas governamentais que incentivam o esporte nas escolas, em mais desperdício de recursos

públicos e perda de oportunidades para o alunado. Muitos estudos destacam a influência positiva da prática esportiva na escola não apenas para o processo de socialização dos alunos, mas também para o incremento do seu rendimento escolar.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 705, de 2015, de autoria da Deputada Rejane Dias.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado ORLANDO SILVA  
Relator